

The logo for 'ALTA POLÍTICA' features a stylized 'A' composed of two overlapping shapes, one dark blue and one yellow, positioned to the left of the word 'ALTA' in a large, bold, dark blue sans-serif font. Below 'ALTA' is the word 'POLÍTICA' in a smaller, dark blue sans-serif font.

ALTA

POLÍTICA

Publicação do Instituto Alta Política - Revista Semestral - 3ª Edição - 2019/2 - R\$ 20,00

The background of the cover is a vibrant, high-angle photograph of a densely packed town built on a hillside. The buildings are multi-storied and feature a variety of colors, including bright yellow, purple, and white, with many having red-tiled roofs. In the foreground, a stone wall runs along the edge of a body of water, with several boats docked. People can be seen walking on the streets and near the water's edge. The sky is blue with scattered white clouds.

**2020 - O FUTURO DO BRASIL
ESTÁ NOS MUNICÍPIOS**

Se você tem planos
para o futuro, procure
um banco diferente.
Fale com o BRDE.



Ouvidoria DDG 0800.600.1020

O BRDE é um banco de desenvolvimento. Aqui, os gestores depositam seus melhores projetos e os investimentos geram mais qualidade de vida para a população do Sul. O **BRDE Municípios** oferece crédito e assessoria em infraestrutura, segurança, modernização da gestão pública, turismo e desenvolvimento sustentável. Se a sua cidade precisa de crédito para tirar as ideias do papel, o BRDE é parceiro para transformá-las em realidade.



O Banco que
liga você ao
desenvolvimento

» EDITORIAL



2ª Edição - 2019/1

EDITORIAL

Na edição anterior tivemos como tema central “O futuro do Rio Grande” sob o olhar do então recém empossado novo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que nos concedeu uma entrevista exclusiva.

O rosto da Estátua do Laçador (obra de Antônio Caringi, de 1958, que teve como modelo o folclorista Paixão Côrtes) significa um olhar seguro e firme ao futuro que carrega a força e experiência do passado sustentando um presente de valores, responsabilidade, ternura e coragem.

Agora na terceira edição o desafio é continuar pensando o futuro, dessa vez motivados pelo processo eleitoral municipal 2020 que se abre desde agora.

A tradição da democracia brasileira está em seus municípios, e Alta Política quer demonstrar o quanto as iniciativas locais, seja dos governos e legislativos, empresas, sociedade civil, universidades podem transformar concretamente a vida das pessoas.

Foi assim durante toda a nossa história, desde a colônia, passando pelo império e república.

Compreender nossa identidade histórica, cultural e institucional é condição para solucionarmos os problemas do presente e construirmos um futuro que esse grande povo brasileiro merece.

Boa leitura

Julio Pujol
Diretor Executivo

» EXPEDIENTE

Diretor Executivo:

Julio Pujol

Conselho Editorial:

Julio Pujol, Vicente Bogo, Rodinei Agostini, Zelia dos Santos

Jornalista Responsável:

Rodinei Agostini - MTB 9418

Editores e Diagramação:

Cielito Rebelatto Jr

Comercial:

Lauro Leopoldo Silveira

Distribuição:

Dirigida

Tiragem:

1000 exemplares

Impressão:

Gráfica Lajeadense

Publicação:

Instituto Alta Política

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Foto da capa:

Cidade do Porto - Portugal / Portfólio Sepavone por Sean Pavone - Depositphotos

As obras que ilustram essa edição são da Artista Plástica Liliane Mancebo - LM Estúdio – ERS 149 - Recanto Maestro e estão a venda pelo E-mail: lilianemancebo@gmail.com

“As mulheres e o Poder” é o tema da 4ª edição
(Anuncie: contato@altapolitica.com.br)

► SUMÁRIO

- 5 **Trinta anos da Constituição Estadual**
- 8 **Gustavo Paim** – Os Municípios e a Federação Brasileira
- 12 **Zeca Honorato** – Fazendo a minha parte
- 14 **José Sauer** – Os Desafios de 2020
- 16 **Matéria de Capa: 2020** – A Força do Brasil está nos Municípios
- 20 **Matéria** – Desenvolvendo a Esperança
- 22 **Vera Rodegheri** – A Psicologia do Líder Político
- 25 **Vicente Bogo** – O Humano como Premissa Ética de Valor na Política
- 28 **Matéria** – Trinta Anos do Orçamento Participativo
- 30 **Mário de Lima** – A Participação nos Municípios – Para além de 2020
- 32 **Silomar Garcia** – Mensagem aos Agentes Políticos
- 34 **Artigo CRM**
- 36 **Poema** – Boda Espiritual

EMPRESÁRIO,
O **TRABALHO TEMPORÁRIO** PODE
LHE AUXILIAR MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA!



Aumento de demanda inesperada na produção



Licenças médicas



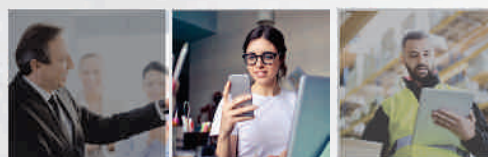
Demanda de determinada estação do ano ou época do ano



Alta temporada



Férias de funcionários



TRABALHO TEMPORÁRIO

(51) 3027.3377

Travessa Francisco Leonardo
Truda, 98 6º andar - Centro
Porto Alegre/RS

SAIBA MAIS
neotempus.com.br

► ESPECIAL

OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Por Raul Pujol e Bruna Suptitz

O período era de efervescência política e os parlamentares tinham a missão de elaborar uma constituição democrática.



ACERVO AL/RS

Vista geral da Sessão Solene de Instalação da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 26 de outubro de 1988.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 1989, completa 30 anos no mês de outubro. Na hierarquia das normas jurídicas, está abaixo da Constituição Federal e acima das Leis Estaduais.

A Carta estadual nasceu com o objetivo de construir uma sociedade fundada nos princípios da soberania popular, da liberdade, da igualdade, da ética e do pleno exercício da cidadania. O período foi um momento singular na história do parlamento e do nosso Estado. O presidente res-

ponsável pela instalação dos trabalhos foi o deputado Algir Lorenzon (PMDB). Já o presidente na promulgação foi Glênio Scherer, também do PMDB.

No total, foram registradas 282 proposições populares, conforme o livro *A Constituinte de 1989 - História da Constituição dos Gaúchos*, publicado pelo Legislativo.

Os parlamentares encaminhavam as sugestões que chegavam através de uma subcomissão,

depois passavam para a comissão temática e, por fim, eram submetidas à Comissão de Sistematização, responsável pela organização de todas as propostas apresentadas.

"No processo da Constituinte, a participação dos rio-grandenses foi imensa", declarou Glênio Scherer em evento comemorativo aos 30 anos da Constituição estadual.

O texto final da nova Constituição foi aprovado em plenário na sessão do dia 2 de outubro de 1989, véspera da promulgação, com 47 votos favoráveis e quatro contrários.

"Aqui, na Assembleia do Rio Grande do Sul, foi um exemplo espetacular. Os deputados dos vários partidos debateram, discutiram e fizeram algo realmente significativo", elogiou Pedro Simon, governador do Estado à época da Constituinte.

Nossa reportagem conversou com um dos ex-deputados constituinte, que nos relatou como foi o processo de elaboração da Carta gaúcha. José Fortunati, hoje com 63 anos, era deputado do PT à época.

"Era o meu primeiro mandato e, logo após ser eleito, já preparei toda estrutura do meu gabinete pensando na elaboração da Constituinte. Esse era o principal objetivo daquela gestão. Eu fazia parte da comissão preparatória, então tinha muitas reuniões em Brasília, congresso em outros Estados, além de viagens pelo interior do Rio Grande do Sul onde realizávamos audiências com representantes da Brigada Militar e professores, entre outras entidades. A participação popular era muito forte, o plenário estava sempre cheio", relembra o ex-parlamentar.

Fortunati foi o deputado que mais apresentou e aprovou emendas. "Participar desta fase da



Sessão Solene de Instalação da Constituinte Estadual, em 26/10/1988. O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Algir Lorenzon (PMDB, à direita na foto), cumprimentando o Governador Pedro Simon (PMDB).

nossa história foi uma experiência fantástica. Foi um momento de crescimento pessoal e político que guardo com muito carinho e orgulho. Eram debates muito ricos".

Porém, o ex-petista lembra que os parlamentares estavam limitados devido ao que havia sido decidido na Constituição Federal. "Tínhamos inúmeras limitações em função disto, mas fizemos o que estava ao nosso alcance na época", ressaltou.

A promulgação da Constituição Estadual ocorreu no dia 3 de outubro de 1989.

Presidente da Assembleia diz que Carta Magna precisa de ajustes

Nossa equipe de reportagem também conversou com o atual presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Luís Augusto Lara, do PTB. Apesar de não ter participado do momento histórico, Lara ressalta a importância da Constituição.

"Ela é fundamental, ela baliza os deveres e os direitos depois de uma época de exceção, que foi o período da ditadura militar. Pode-se dizer que é uma Constituição cidadã. Na época, se pensava que com o final da ditadura e a nova Constituição tudo iria mudar e o Brasil seria o país do futuro, mas neste meio tempo se viu que faltou muito

Grupo de Deputados Constituintes posa para foto em frente à Assembleia Legislativa.



ACERVO AL/RS

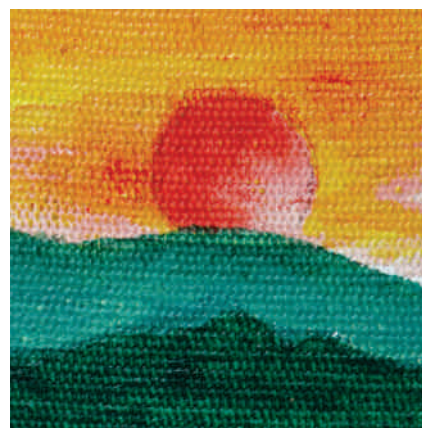
Da esquerda para a direita os Deputados: Jauri de Oliveira (PSB), Antônio Lorenzi (PMDB), Joaquim Moncks (PMDB), Hilda de Souza (PMDB), Antônio Lourenço Pires (PDS), Jarbas Lima (PDS), Celso Bernardi (PDS), Algir Lorenzon - Presidente da AL (PMDB), Valmir Suzin (PDS), Valdomiro Lima (PDT), Achyles Braghirolli (PMDB), Francisco Carrion Junior (PDT), Antônio Barbedo (PDT), Roberto Kunzel (PMDB), Hélio Musskopf (PMDB), Francisco Turra (PDS), Nestor Fips Schneider (PFL), Adão Preto (PT), Gleno Scherer (PMDB), Tufy Salomão (PFL), Moeses Berlezi (PDT), Porfírio Peixoto (PDT), Constantino Picarelli (PMDB) e Éden Pedroso (PDT).

compromisso por parte de homens públicos, houve muita corrupção e pouca punição”, diz o atual presidente do parlamento gaúcho.

Porém, Lara é crítico em alguns pontos da Carta estadual. “Quando se fazem leis, elas normalmente são mais direcionadas aos direitos dos cidadãos, e as nossas Constituições, tanto nacional como gaúcha, são riquíssimas nos direitos dos cidadãos. Talvez neste momento da história elas precisem de ajustes para estabelecermos mais deveres para os cidadãos”, pondera.

O presidente do Legislativo sustenta que “estamos num momento de crise e dificuldade” e que a Constituição “estabelece um grande número de direitos, apesar de muitos não serem cumpridos, como o direito à Saúde”. Por isso, entende

que é preciso se adaptar como um país que possui deveres como seu Estado. Para isso, a Constituição “precisa ser ajustada, evoluir e recuperar deveres da população com o Estado, assim como os dos poderes. Tudo isto faz parte de um amadurecimento”.





GUSTAVO PAIM

Vice-Prefeito de Porto Alegre. Advogado, professor universitário, doutor em Direito.

► **ARTIGO**

OS MUNICÍPIOS E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA

A origem do Município não decorre da criação do Estado, mas sim da necessidade de organização da vida social, como uma imposição fática. Os Municípios surgem com os primeiros agrupamentos humanos, como necessidade de organização, de proteção e de convivência.

Tem-se no Município a menor célula da vida pública, a parcela mais próxima ao cidadão, e, por conseguinte, o ente mais capacitado para realizar os fins do Estado. É no Município que o indivíduo sofre as consequências, positivas e negativas, da prática do ato administrativo.

Há que se salientar que o Município brasileiro, mesmo que originado na colonização portuguesa, é único e de difícil comparação com outros entes federados mundo afora.

BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

No que tange à história constitucional brasileira, o Município esteve presente em todas as Constituições, havendo, no entanto, uma evolução ao longo do tempo até que adquirisse verdadeira autonomia e até que fosse inequivocamente considerado ente federado.

Mesmo durante o período colonial, a vastidão territorial tornou o Município necessário e forte, a fim de permitir a organização da vida em comunidade sem a necessidade de constante intervenção do poder central. Com a Constituição do Império, de 1824, o ente local foi contemplado e teve garantido um campo próprio de atuação.

Com o fim do Império e a proclamação da República, o Brasil adota uma organização federal fortemente influenciada pela realidade estadunidense, em que o Município não se fazia presente. A Constituição de 1891 manteve o Município no texto constitucional, não garantindo, contudo, as mes-

mas características anteriores. Houve a redução do poder local, não possuindo o Município verdadeira autonomia política, por não dispor de poder para decidir sobre sua organização e eleição de seu gestor. Assim, alguns Estados anularam por completo a autonomia municipal.

Com a Constituição de 1934, o Município saiu do âmbito dos Estados-membros, identificando-se um núcleo mínimo de autonomia municipal, passando-se a prever, constitucionalmente, competências municipais.

A Constituição de 1937 reduziu a receita municipal, conferindo tratamento tributário diferenciado ao Município. Já a Constituição de 1946 alargou as competências legislativas do Município, ampliando seus recursos financeiros.

As Constituições de 1967 e 1969 não foram pródigas em inovações práticas, mas previam a possibilidade de organização variável dos Municípios em razão das características das instituições locais. Tal previsão não foi mantida pela Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 pôs fim, definitivamente, à discussão sobre ser ou não o Município ente da Federação. Presente já no art. 1º, o Município integra a Federação, sendo um ente autônomo, detentor de poderes legislativos, administrativos e de auto-organização. Como destaque, a autonomia política do Município pela competência de elaborar sua lei orgânica.

Esse breve esboço histórico demonstra que o Município era realidade antes da Independência, durante o Império e em toda a República.

O MUNICÍPIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Cabe agora a análise do Município a partir da Constituição de 1988, para entender suas competências e necessidades no momento atual de nossa Federação.

As competências do Município estão fortemente presentes no art. 30 da Constituição de 1988, em que pese tenham outras previsões pontuais ao longo do texto constitucional. E já no inciso I do art. 30 destaca-se a expressão “inter-

se local”, a demonstrar que os interesses da comunidade não poderiam ficar na dependência de autoridades distantes e que não vivem os problemas locais.

Por 'interesse local' deve-se entender a possibilidade de o Município agir quando tiver condições de fazê-lo e houver o interesse de sua comunidade, consoante aplicação do princípio da subsidiariedade. A prevalência do 'interesse local' sobre os interesses estaduais e federais é inerente ao princípio da subsidiariedade.

Os entes públicos locais, por estarem mais próximos, podem desenvolver as políticas com muito maior competência e eficiência do que a União e o Estado, pois o farão voltados para o suprimento das reais deficiências dos seus cidadãos e da região em que estão inseridos. O Estado, concebido em sua amplitude, presta os serviços públicos em um local físico e, portanto, é, no Município, que as pessoas sentem as consequências da atuação do poder público.

Em que pese a lógica do princípio da subsidiariedade, indicando que o Município, por ser o ente mais próximo do cidadão é quem, como regra, tem a competência, mormente em decorrência do interesse local, na prática se percebe que o município tem menos poder e competência do que deveria, seja pelo centralismo financeiro da União, seja pela definição federal dos programas, que posteriormente são executados pelos Municípios.

A arrecadação tributária municipal reduz os poderes de autoadministração e de exercício de competências pelo Município. A concentração de recursos na União e a insuficiência de recursos municipais próprios, para realizar todas as atribuições impostas ao Município, acarretam sua dependência aos demais entes, principalmente à União.

E os recursos que são destinados aos Municípios, muitas vezes são para a realização de prioridades definidas pelo governo central, e não pelo gestor municipal. O Município seria detentor do *polyce making*, do poder de executar as políticas públicas, mas não do *polyce decision making*, de decidir sobre as políticas públicas a

serem adotadas. O Município tornou-se o executor das políticas públicas federais.

E não há como se defender um Município com autonomia plena, se a decisão com relação às suas prioridades fica a cargo de outro ente e se houver forte dependência financeira. É necessária a superação dessas dificuldades, com uma melhor repartição das receitas e com maior poder de decisão das políticas pelo gestor municipal, que está mais próximo do cidadão, conhece melhor a realidade e, portanto, estaria mais habilitado a decidir e implantar as políticas públicas locais.

Trata-se do princípio da subsidiariedade, positivado no âmbito do direito comunitário pelo Tratado de Maastrich e expresso na Carta Europeia da Autonomia Local, de 1985, que, em seu art. 4o, 3, dispõe que "regra geral, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos. A atribuição de uma responsabilidade a uma outra autoridade deve ter em conta a amplitude e a natureza da tarefa e as exigências de eficácia e economia".

O princípio da subsidiariedade corresponde a dar prioridade de ação à parte mais próxima do cidadão, atribuindo aos Municípios as competências que forem de seu interesse e que ele tiver condições de fazer. Parte-se da premissa que não se deve transferir a uma sociedade maior aquilo que pode ser realizado por uma sociedade menor. Por essa razão, o federalismo brasileiro deveria fortalecer os Municípios.

Até por que, ainda que os Municípios tenham limitação orçamentária e poder de decisão

restrito, eles não se limitam a realizar as atribuições especificamente previstas como suas, indo além do que constitucionalmente se espera da instituição municipal em decorrência do anseio e necessidade de sua população. Diversos são os exemplos de áreas de atuação de outro ente nas quais o Município atua, merecendo destaque especial a segurança pública. É no Município que o cidadão convive com a segurança ou com a insegurança, razão pela qual se percebe o nítido interesse local e a necessidade de atuação dos Municípios.

O gestor municipal tem como objetivo prestar serviços à população, atender a necessidade da comunidade. Ao gestor importa menos o poder de decisão, e sim o desejo de prestação de bons serviços aos munícipes.

Por fim, além da inversão que deveria ocorrer, com a valorização das competências municipais e a mudança na divisão tributária e no poder de definir as políticas públicas, valorizando o interesse local, há que se atentar mais fortemente às regiões metropolitanas, com os Municípios somando esforços além de suas circunscrições, firmando parcerias, consórcios e convênios a fim de atender à soma de 'interesses locais', momentaneamente nas regiões metropolitanas que costumam enfrentar desafios comuns e que necessitam de atuação integrada para superação dos mesmos. Esse parece ser o caminho natural da Federação brasileira, com valorização dos Municípios e das regiões metropolitanas em detrimento de Estados e União.





PÓS-GRADUAÇÃO EM ALTA POLÍTICA

(Formação em Liderança, Marketing e Estratégia Política)

CURSO PRESENCIAL

Porto Alegre/RS - 4ª Turma
(Início em Março de 2020)

Panambi/RS - 1ª Turma
(Início em Novembro de 2019);



Informações e Matrículas:
www.monteirolobato.edu.br/pos-graduacao
Fone: 51.3287.8042
contato@altapolitica.com.br



CONHEÇA A VITAL HELP FRANQUIAS



FRANQUIA SINGLE
Franquia home-office de vendas, com investimento acessível.



FRANQUIA CORP
Estrutura de call center, com know-how de um negócio consolidado.



Membro ABF - Associação Brasileira de Franchising.



Software exclusivo para a gestão de toda a operação de vendas.



Royalties reversos e bônus de performance mensal.



(51) 3027.5353



vitalhelpfranquias.com.br

Av. Diário de Notícias, 400, conj. 301 - Porto Alegre - RS



Zeca Honorato

Publicitário, palestrante, consultor. Atua há 25 anos na área de marketing. Trabalhou em mais de 90 campanhas eleitorais como marqueteiro. Foi presidente da Associação Riograndense de Propaganda. É professor da Pós-graduação em Alta Política.

► ARTIGO

FAZENDO A MINHA PARTE

Muito se fala em renovação na política. Mas o que de fato nós, que militamos no meio, temos feito para oxigenar os partidos e oferecer aos eleitores novos nomes e, acima de tudo, uma nova postura dos nossos representantes no legislativo e no executivo? A resposta não é muito animadora se olharmos para o umbigo da maioria das agremiações. Ainda predominam as velhas práticas, oligarquias e vícios.

Embora tenhamos um longo caminho pela frente, alguns fatos despertam o meu otimismo. Entre eles, destaco as mobilizações populares recentes, a punição aos atos de corrupção, o surgimento de novas lideranças e a sensação, mesmo que tímida, de que o país da impunidade está acordando deste pesadelo causado pela omissão de todos nós.

Eu sou uma gota no oceano. Como publicitário, cada vez mais especializado em consultoria de imagem pública, participo de campanhas eleitorais há 15 anos. Uma experiência significativamente menor que a minha atuação na publicidade comercial, na qual celebro 25 anos em 2019. Entretanto, depois de 105 campanhas realizadas, marca atingida em 2018, sinto-me capaz de fazer a minha parte pela renovação tão propalada.

Ao contrário do que muitos possam imaginar, o interesse pela política é crescente. Sinto isso nos meus cursos e palestras, nos quais eu compartilho minha experiência para candidatos e assessores, sobretudo para os postulantes de primeira viagem. Cada vez mais, médicos, contadores, advogados, mulheres e cidadãos comuns, tidos como alheios ao processo político, se fazem presentes. De outubro de 2018 até o momento em que

escrevo este artigo, foram 60 edições do meu workshop de marketing político eleitoral. Todos lotados, seja na capital ou no interior.

Estou fazendo a minha parte. Os novos e bem intencionados, na maioria das vezes, são ingênuos e românticos quanto aos meandros de uma campanha vencedora. E, por isso mesmo, tendem a ficar de fora. Mas cabe a nós instrumentalizar estas pessoas para o êxito eleitoral. Só assim vamos mudar de verdade os municípios, o Estado e o País. Cortar diárias, cargos de confiança, ajudas de custo como as de com-

bustível, inchaços nos gabinetes, etc, são urgentes também. Seguiremos vigilantes. Sou um otimista por natureza. A ponto de achar que ainda vou ver professores e parlamentares equiparados em salário. E, quando ser político for menos glamuroso e atraente financeiramente, só se interessarão os verdadeiramente aptos e vocacionados. Aí, neste momento, estarei realizado no meu papel de facilitador. Mesmo que eu sempre seja uma gota neste oceano.

contatozecaonorato@gmail.com
Whats 51-999.557717



Entendemos o Líder como "alguém que constrói a função, repara-a quando necessário e a aperfeiçoa, portanto, é um artesão. O Líder é um vetor proporcional de mais pontos - força. É a pessoa que, estabelecido um

escopo, busca e cria os meios e as pessoas funcionais ao escopo. Ou seja, é a mente operadora de funções a um escopo."

A. Meneghetti - A Psicologia do Líder.

www.azione.com.br
+55 51 99679.9098



José Carlos Sauer

Sócio/Diretor do Instituto Methodus, atuando na execução de projetos de pesquisa e gestão de campanhas eleitorais. Empresário e empreendedor há 33 anos. Atuou nas áreas de engenharia industrial, serviço e comércio.

► ARTIGO

OS DESAFIOS DE 2020

O pleito municipal de 2020 apresenta aos futuros candidatos três desafios: o primeiro, a comunicação nas redes sociais; o segundo, o desejo de renovação na política; e em terceiro, a crescente decepção com os políticos. Compreender o que pensa o eleitor em relação a estas questões é tarefa primordial para aqueles que pretendem disputar a eleição.

A crescente polarização do debate político através das redes sociais, somada a pouca, ou quase nenhuma, simpatia do eleitor por este assunto, vem aumentando e conseqüentemente ampliando o desinteresse por temas desta natureza. Somado a isso, cresce a desconfiança¹ do eleitor, que afirma não conversar ou discutir política nestes meios, justamente porque os considera contaminados. O político atento deve identificar temas de interesse do eleitor, oferecendo conteúdo relevante e exclusivo, gerando assim empatia para suas causas.

O desejo de renovação é maior e mais profundo hoje do que foi na eleição de 2018. Para o eleitor, é fundamental prosseguir neste caminho, promovendo a renovação em sua cidade. Paradoxalmente, renovar não significa a simples troca por candidatos mais jovens ou outsiders. Quando observada com atenção, a renovação apresenta motivos específicos² como proximidade com a população, propostas claras e verdadeiras, seguidas por capacidade de comprometimento com o futuro. Ampliar o conhecimento desta realidade, identificando o entendimento do eleitor a respeito deste tema é ponto chave para uma campanha econômica e com chances reais de sucesso.

Com maior disponibilidade de informações ao seu alcance, amplia-se a capacidade de crítica, e, a partir desta análise, o eleitor procura por sinais que demonstrem consonância entre os períodos de campanha e mandato. Esta equação, quando contraditória, o leva primeiro à frustração e após à decepção. Identificar corretamente a frustração, ajustando as suas ações à expectativa do eleitor de forma a evitar a decepção², é tarefa primordial para aquele que pretende disputar a eleição.

Neste momento o eleitor está observando, julgando, criticando e, em alguns casos, refletin-

do sobre a sua futura escolha. Acrescente ainda, a carência de recursos na grande maioria dos municípios brasileiros, tornando o ambiente político ainda mais complexo e incerto. Diante destas revelações, antecipar informações sobre o que pensa o eleitor é a melhor estratégia para chegar mais além em outubro de 2020.

1 Fonte - Acervo de pesquisas do Instituto Methodus.

2 Fonte - Instituto Methodus.



FORMAR MAIS MÉDICOS MELHORA A FALTA DE ESTRUTURA?

**Quantidade
não é sinônimo
de qualidade.**

Os problemas da saúde no Brasil não serão resolvidos com a simples contratação de mais profissionais. Não faltam médicos. Faltam estrutura e condições de trabalho. A abertura indiscriminada de mais cursos de medicina tem feito a qualidade da formação cair consideravelmente. Essa é a hora de priorizarmos a qualidade na saúde. É isso que a sociedade e os médicos querem mudar. É o que o CREMERS defende.

Leia a posição oficial do Conselho:

[WWW.PORMAISSAUDE.COM.BR]



► MUNICÍPIOS

O PODER DA ALDEIA

Julio Pujol, Rodinei Agostini, Bruna Suptitz e Cíntia Aprato

Em 2020 teremos eleições municipais. A Justiça Eleitoral estima que 146 milhões de pessoas estarão aptas a votar no próximo pleito. As eleições do próximo ano serão realizadas no dia 4 de outubro, em primeiro turno, e no dia 25 de outubro em segundo turno.

A importância da próxima eleição se dá não apenas pelo número de votantes, mas também pelo papel representado pelos municípios na constituição social do nosso país. O Brasil tem 5.570 mil municípios - 497 estão no Rio Grande do Sul. Essa é a instância institucional mais próxima da vida dos cidadãos e a principal referência na busca por serviços.

Assim, as decisões tomadas nesse âmbito por vereadores e prefeitos afetam direta e indiretamente o cotidiano dos municípios e de quem reside neles. Mas, para além das funções exercidas pelo poder público, ações locais que partem das comunidades, muitas vezes com apoio da iniciativa privada e dos próprios gestores municipais, impulsionam os municípios a se desenvolverem com ainda mais estrutura e solidez.

Histórico do municipalismo no Brasil

Ao chegarem na América, no século XVI, os europeus - particularmente os espanhóis e os portugueses - mudaram definitivamente a configuração do mundo conhecido até então. Foram eles os pioneiros do que hoje se chama de "Globalização". Com eles, o mundo definitivamente tornou-se um só.

No Brasil, os portugueses, com inteligência e espírito de aventura, mas também com violência, deram início a uma empreitada gigantesca que duraria mais de três séculos e deixaria como legado um dos maiores países do mundo, com uma constituição étnica absolutamente nova.

Tendo sido o primeiro estado europeu a se constituir em 1139, Portugal teve a possibilidade de se organizar e sair na frente nas grandes navegações marítimas. Com forte presença árabe em seu território - que eram então povos mais desenvolvidos que os da Europa e ocuparam o país entre os anos 711 e 1139, Portugal pode absorver todo o seu conhecimento e sua cultura.

Lisboa era um movimentado entreposto comercial e marítimo que ligava o Mediterrâneo, a África e o norte europeu e atraía comerciantes e banqueiros italianos, alemães, árabes, turcos, holandeses, franceses, etc. O que havia de mais moderno e mais rico no mundo estava em Portugal, particularmente em Lisboa.

Em 1500, esse pequeno país era um dos lugares mais avançados da Europa nos aspectos social, comercial, cultural, científico e institucional. Uma sociedade multicultural e cosmopolita que se lançou ao mar em busca de aventura e riquezas. E também em busca do Brasil - naquela época já existia nos mapas antigos uma ilha chamada Brasil, que era considerada o paraíso na terra. Essa busca do paraíso constituía o imaginário luso e europeu.

O Brasil é herdeiro dessa cultura cosmopolita. Nossa constituição enquanto Nação tem, em sua institucionalidade, essa marca lusa, temperada pela influência árabe. Aqui Portugal subjugou os nativos, trouxe africanos escravizados, aventureiros e empreendedores. E, tempos depois, os imigrantes açorianos, alemães, italianos, poloneses, etc., que, com muita luta e muito trabalho, contribuíram para formar nossa nação.

O modelo de Município brasileiro

Desde sua formação inicial, Portugal já possuía municípios constituídos como forma de

governo local - uma herança romana. Estes possuíam uma grande autonomia local através de seus Conselhos, que prestavam contas e recolhiam impostos diretamente ao rei. Ao chegarem ao Brasil, os portugueses logo reproduziram este modelo. Nossa primeira vila, São Vicente (1530) e, portanto, nosso primeiro Conselho Municipal (hoje Câmara Municipal), tem quase quinhentos anos.

Veja o tempo de existência de algumas Câmaras Municipais do Brasil:

Cidade	Instalação da Câmara Municipal	Temp o de existência
São Vicente (SP)	1532	487 anos
São Paulo (SP)	1560	459 anos
Florianópolis (SC)	1720	293 anos
Porto Alegre (RS)	1773	246 anos
Cachoeira do Sul (RS)	1820	199 anos
Santa Maria (RS)	1858	162 anos
Caxias do Sul (RS)	1892	127 anos

Essa é a base institucional da nossa formação enquanto nação e também da nossa democracia. Nossas Câmaras Municipais tem séculos de funcionamento praticamente ininterruptos, e por muitos anos acumulavam também o poder executivo local.

Numa época em que não havia estradas, em que os transportes e a comunicação eram muito difíceis, era no município, nas vilas e nas comunidades que deveriam ser resolvidos os problemas e geradas as condições de sobrevivência.

Portanto, nossa identidade brasileira é local, comunitária. Nosso verdadeiro poder de transformação está, e sempre esteve, no município. A imigração italiana e alemã posterior confirmou essa vocação comunitária.

O poder central mudou de Colônia à Império, e de Império à

República, passando por ditaduras, revoluções, guerras e crises econômicas, mas uma certa autonomia local sempre foi preservada.

Nos municípios escolhemos nossos representantes locais e nossos administradores; ordenamos nosso território, cobramos taxas e impostos, instituímos nossos códigos de postura e convivência, regulamos o comércio, o trânsito, a educação infantil e gerimos nosso próprio orçamento com autonomia. A verdadeira democracia brasileira está aqui, no município. Essa é

nossa constituição, nossa raiz e nossa identidade.

Exemplos de Iniciativas Locais

Marau – RS: Educação que transforma

Uma Cidade Educadora é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. Nela, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano.



Foto: Divulgação Prefeitura de Marau

Este conceito ganhou força e notoriedade com o movimento que teve início em 1990 com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha.

A Associação Internacional de Cidades Educadoras reúne mais de 482 cidades em 36 países do globo. Atualmente, 16 municípios compõem a Rede Brasileira de Cidades Educadoras, dentre os quais Marau, oficializado em 27 de agosto de 2019.

O município do norte do Estado aderiu à Carta de Princípios que orienta os rumos pactuados em cada cidade. A Rede Municipal de Ensino em Marau contempla mais de 5 mil alunos em 26 escolas.

Inclusão do jantar no cardápio das escolas de educação infantil do município é uma das iniciativas que garantem Marau como “Cidade Educadora”.

É também função da escola educar quanto a um consumo alimentar consciente e ofertar através do cardápio escolar alimentos saudáveis, que garantam a qualidade nutricional e sanitária, além de fortalecer hábitos culturais e incentivo à agricultura familiar.

Com esse propósito, Marau, através da Secretaria Municipal de Educação, realizou, no segundo semestre de 2018, **ajustes no cardápio da Educação Infantil**, com a inclusão do “jantar” como refeição. Dessa forma, passa-se a ofertar quatro refeições: café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. Hoje são atendidas em torno de 2.200 crianças e servidas, em média, 6.800 refeições por dia.

A **inclusão do jantar** substitui o antigo lanche da tarde e oferta alimentos in natura e preparados na escola. Além do aporte nutricional correto, garante-se uma alimentação baseada em “comida de verdade”. Incentivar o con-



Foto: Cintia Aprato

sumo alimentar adequado à criança garante que essa se torne um adulto saudável, contribuindo na melhora do cenário de saúde da população.

Rosário do Sul: O voluntariado no município

Uma ação iniciada em 2013 e com foco no desenvolvimento da cidade de Rosário do Sul pelos dez anos seguintes é exemplo do sucesso das ações que somam esforços do Poder Público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Em formato de voluntariado, um grupo de aproximadamente 150 pessoas se reuniram em uma escola do município da Fronteira Oeste e, durante um dia, discutiram, pensaram e propuseram, ideias para o desenvolvimento local.

O projeto se chama “Rosário Ideal – Agenda 2013/2023”. A reunião de voluntários resultou em um documento com centenas de sugestões, divididas em oito eixos estratégicos: Segurança; Turismo e Cultura; Agropecuária; Comércio, Indústria e Serviços; Educação; Infraestrutura e Gestão Pública; Meio Ambiente; Saúde, Esporte e Lazer.

Após organizado e revisado, o relatório foi entregue aos gestores públicos do município na época, e a comissão organizadora, já constituída como Fórum das Entidades de Rosário do Sul, colocou-se à disposição para auxiliar os poderes na sua implementação.

Um exemplo é o eixo Segurança, com a criação do Grupo de Apoio à Brigada Militar (GABM) e Grupo de Apoio à Polícia Civil (GAPC) para suporte e aparelhamento das entidades. Já o Projeto Estamos de Olho, com apoio de empresas locais de provedor de internet e monitoramento, disponibiliza imagens de câmeras de segurança às forças de segurança e é custeado quase que em sua totalidade pela iniciativa privada – empresas e pessoas que acreditam na força da união e da ação.

“ ***O momento eleitoral de 2020 é a oportunidade adequada para debatermos o que queremos para o nosso país a partir do nosso local de existência.*** ”

O documento elaborado em 2013, que já contava com ações implementadas por iniciativa da sociedade civil organizada e pelas entidades que compunham o Fórum, sob a gestão do empresário Christiano Lisboa, foi oxigenado a partir do ingresso de novos integrantes, que revisaram, reescreveram e incluíram outras demandas da população.

Nesta nova fase, o grupo de voluntários do Eixo Educação, do qual faz parte a aluna do curso de Alta Política Cíntia Aprato, teve como escolha de sua primeira atividade pública a denominada 1º Mostra da Educação, realizado na Praça Central da cidade.

O projeto Rosário Melhor entra agora em sua terceira etapa, de consolidação dos relatórios dos grupos temáticos e o trabalho junto aos bairros na busca de validação das ações, como marca de um legítimo movimento social de toda a comunidade.

Porto Alegre: A iniciativa “POA Inquieta”

Há dois anos, um coletivo de pessoas motivadas a extrair o melhor do potencial inovador da cidade de Porto Alegre passou a se reunir virtual e presencialmente para discutir o que poderiam fazer para movimentar a economia local,

usando para isso a força da mobilização de cada um em sua rede.

Assim surgiu o movimento Porto Alegre Inquieta – ou POA Inquieta – no fim de 2018. O coletivo defende o potencial transformador da economia criativa a partir daquilo que a cidade já possui. Conforme a apresentação, a proposta é “transformar a cidade através da articulação e fomento de expressões de Economia Criativa de forma espontânea, colaborativa e horizontal”.

O projeto surge como a união de entidades, academia, ações independentes e sociedade. Conforme o manifesto do grupo, um dos seus propósitos é “colocar Porto Alegre no mapa mundial da economia criativa”.

Atualmente são mais de 30 grupos temáticos abertos a pessoas interessadas em contribuir para o debate de diferentes áreas da cidade, como segurança, turismo e mobilidade urbana, dentre outros. Neste ano, uma das ações do grupo foi realizar um mapeamento da economia criativa de Porto Alegre, o segundo do gênero na Capital.

O Pacto Federativo

Precisamos melhorar a distribuição dos recursos entre os entes da federação? Sim. Mas, enquanto isso não ocorre, temos que buscar as soluções locais. Esquecer um pouco as polêmicas de Brasília e prestar atenção à solução que às vezes está ao nosso lado, no nosso território local, no nosso povo.

O momento eleitoral de 2020 é a oportunidade adequada para debatermos o que queremos para o nosso país a partir do nosso local de existência.



► PELO INTERIOR: FARROUPILHA / CAXIAS DO SUL

DESENVOLVENDO ESPERANÇA

*Projeto social desenvolvido pela **OSCIP Conecta** visa despertar atitudes empreendedoras e inovadoras em jovens em situação de vulnerabilidade, contribuindo com a geração de trabalho e renda*

Até o ano passado, esperança era algo que existia somente no nome da ocupação de ruas de chão batido e construções simples que abriga em torno de 150 famílias em situação de vulnerabilidade social na Linha Palmeiro, interior de Farroupilha, no limite com Caxias do Sul. Em pouco mais de um ano, graças a uma ação que visa despertar, nos jovens da comunidade, atitudes empreendedoras e inovadoras que resultem em projetos nas áreas científicas, culturais e sociais, contribuindo com a geração de trabalho e renda, esperança é a marca que se renova a cada aula, cada visita técnica e a cada novo aprendizado repassado à turma de 20 alunos que integram o projeto Empreender Vila Esperança, promovido pelo Condomínio Industrial Sustentável Greentec e executado pela OSCIP Conecta - Assessoria e Consultoria em Projetos de Inovação.

É o caso da estudante Maísa Gabriela Trindade, 18 anos, que frequenta o módulo I do projeto, iniciado em março e que se estende até novembro de 2019, e já se prepara para o módulo II, que, em 2020, vai focar o desenvolvimento de startups juvenis. Graças à preparação recebida no curso, a intenção de obter um emprego se transformou em sonho de empreender na área que aprecia: maquiagem e estética.

“Eu não sabia por onde começar e ali recebi muita motivação e aprendizado. Agora eu penso que posso bem mais e que, com conhecimento, posso fazer o que eu mais quero”, relata a jovem, que projeta ter futuramente o próprio negócio.



Iniciativa atende moradores da Vila Esperança, em Farroupilha: foco na profissionalização e criação de startups juvenis

“Quando participamos de um projeto como esse, estamos ganhando conhecimento. No ano que vem ganharemos dinheiro, com as nossas ideias de negócios”, reforça a colega Rejane da Silva do Amaral, 20, que pretende empreender no ramo da alimentação.

Como funciona – As aulas são ministradas em dois turnos por semana, na sede do Condomínio Industrial Greentec e consistem na preparação para o mercado de jovens até 21 anos residentes na comunidade vizinha ao empreendimento. O módulo I presta aulas teóricas e práticas em temas como empreendedorismo, direitos civis, políticas públicas, cidadania, liderança e motivação, plano de negócios, educação financeira, entre outras. Complementaram o ensino visitas técnicas ao programa de criação de startups da UCS (Universidade de Caxias do Sul), ao Sebrae, à Mercopar e às empresas Fras-le e Tondo.

O módulo II, em 2020, vai focar na transformação dos interesses dos participantes em projetos de startups. “Eles estão sendo estimulados a descrever seu modelo de negócio. Ao reportar no papel, se sai da ideia para a concretização”, define a coordenadora geral do projeto, Iara Vist Volpato. A coordenação pedagógica é da professora Margarete Arbugeri, que destaca a importância do auxílio ao desenvolvimento pessoal e regional com foco na inovação social, visando ao bem-estar da comunidade.

“ **Mostramos que o sonho deles é real** ”

O que começou com o objetivo de gerar Balanço Social para o Greentec se tornou em causa para o diretor comercial do condomínio, Rodrigo Postiglione, com ganhos para todas as partes. “Mostramos a importância do condomínio para eles, e deles para o condomínio”, avalia. “Estamos encaminhando esses jovens para o futuro que queiram, ajudando a definir o rumo da vida deles. Acima de tudo, são valores que estão sendo incorporados”, destaca.

A transformação vivenciada pelos alunos é experimentada por Postiglione, que ampliou visões sociais com a iniciativa. “Educação é questão de acesso. A informação chega antes para quem tem mais oportunidades e, quando oferecemos oportunidade para quem não tinha, mostramos que o sonho deles não está distante, é real. Que com vontade própria, podem conseguir o que quiserem”, sintetiza.

O GREENTEC

É o primeiro Condomínio Industrial Sustentável da Serra, com 700.000,00 m², na Linha Palmeiro, em Farroupilha. Conta com 132 lotes de 2.500,00 m² a 20.000,00 m². O complexo oferece infraestrutura em logística, segurança, lazer, alimentação e administração das áreas comuns. A gestão prevê redução do impacto ambiental com tratamento de efluentes, reutilização de água, gestão de resíduos, redução do consumo de energia, coleta seletiva de lixo e destinação para reciclagem e compostagem de material orgânico.

“ **‘Temos que adentrar em todas as camadas da sociedade para juntos gerarmos resultados’** ”

O presidente da Conecta, Francisco Spiandorello, destaca a integração das quatro hélices do desenvolvimento (setor empresarial, poder público, universidade e sociedade) no Projeto Empreender Vila Esperança. Com a experiência de quem foi secretário municipal do Desenvolvimento Econômico de Caxias do Sul, ele aponta essa união como caminho para o desenvolvimento. “Inovação é ter criatividade e depois executar. Por isso é importante ensinar as pessoas a fazer por si. Precisamos fazer uma revolução na capacitação profissional e social”, defende.

Acima de tudo, entende Spiandorello, o projeto trata de educação para a cidadania, conceito que ilustra ao citar o famoso aforisma do líder indiano Mahatma Ghandi: ‘Aprenda como se fosse viver para sempre, e viva como se fosse morrer amanhã’. “O que falta hoje na sociedade é liderança, porque as pessoas não se qualificam para isso, mas todos têm condições de contribuir com algo, desde que sejam ensinados”, considera. “Temos que adentrar em todas as camadas da sociedade para juntos gerarmos resultados e oportunidades”.

OS PATROCINADORES



ArcelorMittal – Patrocinador Master.

* ANC Urbanizadora

* Universidade de Caxias do Sul

* Prefeitura Municipal de Farroupilha

* Caixa por meio da ONG
Moradia & Cidadania

Com apoio de:

SEBRAE, RPP Construtora,
Orquídea e JDB Informática.



Vera Rodegheri

Diretora da Azione Consultoria. Mestre em Psicologia Social PUC-SP. Psicoterapeuta pela Associação Internacional de Ontopsicologia - AIO Itália. Psicóloga. Prof^a. MBA Faculdade A. Meneghetti. Prof^a. Especialização Alta Política - Faculdade Monteiro Lobato.

► ARTIGO

A PSICOLOGIA DO LÍDER POLÍTICO

“A árvore, enquanto aprofunda suas raízes na terra, ganha o seu céu” (A. Meneghetti)“

O LÍDER

O líder tem inata a capacidade de realizar para os outros enquanto constrói para si. Por meio da autorrealização, constrói o bem comum e sua grandeza se revela no saber servir o ambiente onde orbita.

O ambiente do líder, hoje, é constituído pelo universo planetário. Estamos em uma realidade, que há bem pouco tempo, seria considerada futurista. Pois bem, o futuro chegou. A miríade tecnológica, as especificidades e diversidades de conexões, a economia globalizada, a velocidade das mudanças em todas as áreas, o acesso a todos os tipos e modos de informações são corriqueiras e cotidianas.

Nessa velocidade que traz como turbilhão um sem-número de comunicações a cada segundo, o que garante a certeza e a exatidão da melhor ação a ser tomada em cada situação? Como reconhecer o critério que garante a identidade, a funcionalidade e a grandeza do líder a cada momento e em diferentes perspectivas, seja no âmbito local que internacional?

Por que seria importante garantir a identidade, a funcionalidade e a grandeza de um líder? Porque o líder é o que mais sabe servir, e no fazer isso, garante a si mesmo e a todos. Para ter acesso a este critério de certeza é de fundamental importância que o líder conheça a si mesmo e passe a agir na história conforme sua vocação.

O exercício do poder é consequente ao processo de autoconhecimento do líder, para dar nascimento a sua função maior de garantir a todos, e necessário para favorecer a evolução do humano. O poder é entendido em conexão ao carisma individual e a oportunidade histórica. Quanto mais o líder realiza ações que são coerentes com seu potencial natural individual, tanto mais expande seu raio de ação. Mas estas ações, que alimentam sua capacidade e fornecem maior expansão, nascendo de um ponto subjetivo, se concretizam em pontos externos objetivos, resultando em sua obra vencedora.

Onde nasce esta obra vencedora? No local onde ele se encontra, em sua terra, assim como a árvore que, aprofundando suas raízes na sua terra, ganha os seus céus. A árvore, quanto mais fortalece suas raízes, mais amplia sua copa abraçando seus céus.

Contemporaneamente, enquanto o líder faz seu jogo externo, ganhando seus céus, fortalece sua identidade por meio destas ações congruen-

tes com a sua obra, e no fazer isso, fortalece o amor pelo seu projeto. O líder, porque possui um potencial inato, é destinado a amar sua obra, portanto, não pode não o fazer. É intrínseco nele o desejo de servir, de ser aquele que dá a melhor resposta para as necessidades de seu ambiente em cada situação.

AMOR A PRÓPRIA TERRA

O primeiro objeto de amor, que se transforma em poder, para um líder político, é o amor pela sua terra. O alimento do poder para um líder é saber servir, com perspicácia, às necessidades de seu povo, de sua terra. Sendo fiel a sua grandeza reconhece em si o amor pela sua obra em sua própria terra.

A invasão de informações globais, verdadeiras ou não, dentro de cada casa, de locais, em épocas recentes, considerados remotos, é uma realidade. Entretanto, o que dá a garantia de prosseguir com certeza, ainda são as relações pessoa–pessoa. O líder que queira fazer a diferença na história, precisa redescobrir o poder local, amando e auxiliando a economia, a educação, a saúde, a cultura, a identidade de seu povo mais próximo.

Este amor dedicado ao fortalecimento da real identidade de seu povo, fará ressonância no íntimo de sua identidade, auxiliando a fortalecer sua inteligência primeira, e esta, será a fonte inesgotável de soluções em cada situação.

Para garantir sua evolução personológica e tornar-se fonte segura de resultados para sua terra, o líder pode seguir sete passos: primeiro é necessário reconhecer seu potencial inato; realizar evolução técnica ou, formar-se de acordo com a especificidade deste potencial; reconhecer sua ambição; ter amor pelo próprio trabalho; obter conhecimento superior e específico no seu setor; saber ser só e manter a racionalidade sobre sua capacidade intuitiva.

O exemplo de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul:

Nesta cidade estamos na quinta geração de presidentes de entidades empresariais, que

aprenderam a interagir de modo funcional, cooperando com o poder público, fortalecendo as entidades empresarias, esportivas e outras, dedicadas à saúde e à educação. No fazer isso, estes líderes recuperam a identidade cultural de seu povo e o orgulho de pertencer àquela cultura e àquele município. Em suas ações cotidianas têm sempre a própria inteligência intuitiva como fiel da balança, mantendo o foco na gestão do seu próprio negócio e no bem comum.

Estes empresários realizam a si mesmos, cuidam da própria saúde, de sua família, se responsabilizam a cada dia pelos resultados de seus negócios e fortalecem em conjunto a economia local, gerindo feiras onde passam milhões a cada ano. Eles fortalecem a identidade empresarial por meio das instituições representativas, sublinhando a dignidade do empresariado, gerem o esporte local, contribuindo com a formação de centenas de crianças por meio da educação esportiva, colaborativa e competitiva, se ocupam das instituições que prestam serviço à comunidade como hospitais e patronatos.

Os empresários, referidos acima, buscam também, e continuamente, cooperar com o poder público, interagindo e procurando compreender quais são as necessidades do município, consultando o poder executivo e legislativo, procurando implementar soluções conjuntas no que se refere a saúde, a segurança, educação e infraestrutura. Os empresários e os políticos, neste contexto, aprendem continuamente a como estabelecer uma relação dialética entre a política empresarial e a política do poder público.

Enquanto realizam economia e política, não esquecem do seu crescimento pessoal e cuidam disso por meio de estudo contínuo e revisão criteriosa de suas ações, baseada, esta, nos resultados que alcançaram em cada uma delas, seja ações individuais que coletivas. São informados sobre si mesmos, mas também conhecem o mundo por meio de estudos e viagens internacionais, através das quais vão conhecer, in loco, novas e melhores soluções para problemas e evoluções, que são comuns ao humano em todo o planeta.

O LÍDER POLÍTICO

A dialética última da economia é a política. Em nosso mundo contemporâneo, faz-se necessário uma mentalidade política capaz de contribuir com a evolução do ser humano. O bem último de toda economia e política é a inteligência. A inteligência é a faculdade de “ler dentro”, assim como a intuição é a capacidade de “ler dentro da ação”. Uma grande mente política se desenvolve se o sujeito, que tem o dom natural da liderança política, é capaz de pagar o preço de seu crescimento para garantir sua vocação. Salvando sua inteligência o líder político torna-se a principal garantia de todo o seu povo. A mente política é capaz de reconhecer a melhor solução para todos em cada situação. Quando está em consonância com sua inteligência nativa, ele sabe como salvar o lago, o peixe e o pescador.

A formação de um líder político fundamenta-se no ensiná-lo a defender sua inteligência, que é seu bem maior, e descobrir o amor pela sua terra, sem alimentar o medo de ser grande. Seguindo a coerência de sua inteligência e intuição, a grandeza é inevitável.

A LIDERANÇA POLÍTICA FEMININA

Na dialética do poder nos deparamos com muitas questões, entre elas entramos na questão da relação entre a inteligência masculina e a inteligência feminina. No terceiro milênio é necessário o ingresso da inteligência ao modo feminino na dialética do poder. A medida que as diversas culturas planetárias entram em contínua comunicação, pode-se facilitar muitas coisas para todos, mas os problemas também se intensificam e se modificam a cada momento. Nesse vórtice de novidades e repetições, falta o modo feminino para auxiliar a solucionar determinadas dificuldades.

É possível que muitos se perguntem qual seria este modo feminino? E é justo que se perguntem. Provavelmente porque as próprias mulheres não saberiam responder, tendo abdicado da lógica do poder há milênios. Talvez algumas tenham visto algumas pistas sobre esta resposta, e estas pistas levam novamente para o

autoconhecimento e a retomada da capacidade de amar a si mesmas, para gerar soluções e diluir dificuldades que se adensam no coletivo.

A psique feminina é mãe por excelência, mas a mulher líder é mãe “noogenética”, ou seja, tem a capacidade de gerar mentes, de fortalecer inteligências e encontrar passagens, em situações complexas, que a mente masculina não acessa. A cooperação entre inteligência masculina e feminina é essencial para atravessarmos, sãos e salvos, o oceano do terceiro milênio. A mulher chegou ao terceiro milênio e, metaforicamente, este a aguardava para usufruir da oportunidade de decidir evoluir e agir conforme seu potencial de liderança. Demanda, então, formação e coragem para relativizar os estereótipos, aprendidos desde a infância, sobre o ser mulher no mundo.

Ter a coragem de ser a si mesma é o grande desafio da mulher líder. O equívoco que muitas repetem, por falta de conhecimento sobre si mesma, é o de assumir certos modelos masculinos, como se fossem alternativos aos modelos femininos aprendidos. Esta não é a solução. A mulher tem à disposição todas as condições para responsabilizar-se no âmbito da liderança. Decidindo entrar em relação direta com o poder, baseada em sua inteligência nativa – a qual precisa conhecer – encontrará as passagens para resolver tantos problemas, que, sozinhos, os homens não conseguem fazer.

Afortunadamente, hoje, temos inúmeros instrumentos para coordenar melhores soluções para o ser humano neste planeta. Possuímos meios e tecnologias que nos garantem cada vez mais conforto, saúde e longevidade, mas chegamos também a compreender como conhecer este incógnito ser humano e a recuperar a compreensão do líder no exercício de sua função nos diferentes âmbitos de necessidades e ambientes. Agora temos muito a fazer, porque podemos e sabemos onde e como caminhar.

“**A formação de um líder político fundamenta-se no ensiná-lo a defender sua inteligência, que é seu bem maior...**”



VICENTE BOGO

- Deputado Federal Constituinte
- Vice-Governador do Rio Grande do Sul
- Ex-Secretário do CODESUL
- Professor da Pós-Graduação em Alta Política

► ARTIGO

O HUMANO COMO PREMISSE ÉTICA DE VALOR NA POLÍTICA III

“Não podemos nos resignar com uma política assistencial, a qual provê somente as pessoas que perdem”. (1)

Depois de refletirmos sobre o sentido do ser humano, a ética, o valor e a relação indivíduo-sociedade, vamos nos dedicar ao papel da representação político-social, ao ato e o agente político.

Que o homem é um ser político soa óbvio. O é porque, sendo dotado de livre arbítrio e tendo a faculdade da racionalidade, pode realizar escolhas que impactam sua vida e a dos outros.

As escolhas podem ser no plano existencial do indivíduo ou no plano social, sempre impactando o contexto societário onde realiza o próprio projeto de vida.

Então, temos dois aspectos a considerar: as decisões de caráter pessoal e as de caráter público.

A constatação geral é a de que não há escolha neutra. Toda decisão, ainda que considerada em caráter pessoal, impacta o social pelo simples fato de que todo indivíduo nasce e vive no social. Logo, a partir do próprio posicionamento faz-se dialética social. E, como já examinado anteriormente, o social, por sua vez, impacta o indivíduo.

Todo erro que um indivíduo comete contra si mesmo, por extensão afeta também a sociedade, de modo mais direto ao grupo dentro do qual exercita sua existência imediata.

Aliás, como se sabe, a sociedade é um precipitado coletivo, uma realidade onde cada um projeta, sobretudo, suas frustrações e expectativas. É também o único lugar onde pode realizar-se como humano que é.

O Professor ANTONIO MENEGHETTI tem nos ensinado que o indivíduo deve considerar a moral da vida e a moral da sociedade. Não se trata de uma conduta em falsidade.

A moral da vida corresponde ao projeto de natureza que a vida dá a cada um. E contra ele não se deve errar. Caso erre contra si mesmo se reduz e a vida cobra um preço, um carma.

Por sua vez, o Professor ALECIO VIDOR ⁽²⁾ nos alerta sempre de que todo erro advém de um erro de consciência, de uma consciência condicionada por modelos adquiridos, em sua maioria na primeira infância, e que não aprendemos a identificar.

A moral social resulta do precipitado social, das projeções e interesses que cada um joga neste tabuleiro. É considerada uma moral não correspondente ao mundo-da-vida, à natureza. Quanto mais as pessoas agem em erro, mais problemas são verificados na sociedade.

Assim, o modo de se conduzir em sociedade requer do indivíduo uma constante diplomacia nas suas relações, de tal modo que possa reduzir os impactos negativos ou dificuldades na construção do seu próprio projeto de vida, de natureza.

Resumindo esta parte, cabe dizer que o agente político que queira ter uma atuação efetiva de melhoria da sociedade, em primeiro lugar deve ele próprio desenvolver uma consciência verdadeira de si mesmo e, depois, desenvolver a capacidade de verificar as diversas problemáticas e sua causalidade.

Aquele capaz de assim proceder, além da capacidade de exercer a liderança, saberá propor e agir de modo a promover o redirecionamento dos grupos sociais corrigindo a conduta individual e coletiva.

Podemos chamar a este modelo de alta política, de política do bem comum.

Isto é bem diferente do senso comum da atuação política.

Infelizmente, o comum da política é buscar consensos, agradar, ascender na carreira, servir a determinados grupos, ideologias, religiões.

Quando o desejável e certo é a elevação da consciência social e a responsabilização de todos os cidadãos.

“(…) Um grande político ou quem quer que queira exercer o bem-estar do povo que representa (um povo de pensamento, de inteligência, de almas), não pode se sentir satisfeito em apenas provisionar o pão e o trabalho, e dar tranquilidade estática a pessoas que o ser põe, em vez disso, como vetores de criação, operadores de vida”. ⁽³⁾

A AÇÃO PONTA DO AGENTE POLÍTICO

Considerando, por exemplo, as várias disfunções sociais, tais como a corrupção, a criminalidade, a transgressão legal e a violência, de que forma o agente político deve agir?

Caso queira guiar-se pelo critério da maioria, da opinião pública, certamente acabará dirigindo seu empenho na ação restritiva e vingativa. Isso porque é evidente que na sociedade atual, em estado ascendente de neurose e esquizofrenia, a maioria das pessoas projeta o próprio insucesso no outro e, portanto, estão sempre em perspectiva de vingança.

Não é à toa que cresce o apelo de prender e condenar à reclusão quase que de modo indiscriminado.

E o político, como reage? Propõe e aprova restrições cada vez mais severas ao mover-se social, buscando a aprovação da opinião pública.

A consequência é perversa: degrada um número cada vez maior de indivíduos, tolhe o mover-se criativo e lança mais encargos sobre a coletividade.

É fácil se observar: a abertura de uma nova vaga em presídio custa cerca de quarenta mil reais e mais de dois mil mensais para a manutenção de cada detido.

Num país que já encarcerou, em condições sub-humanas, 0,4% da sua população, cerca de 80% deles são jovens com até vinte e quatro anos de idade, resta flagrante o custo financeiro e social desta anomalia. Isto sem considerar todo o

aparato policial e judicial, os investimentos dos cidadãos em suposta segurança pessoal etc.

MENEGHETTI nos alerta ainda de que “O povo quer aquilo que é passado, não quer o futuro socialismo, porque o indivíduo tende a recusar a responsabilidade de ser o construtor da história e cooperador da sociedade. O cidadão comum tende a ser um eterno infantil, um eterno filho. Pretende a mãe e o pai configurados no Estado, na ditadura. Depois, se mamãe e papai não fazem certo, ele tem o direito de assassiná-los. O “cidadão-filho” jamais quer chegar à maturidade de ser colaborador do pai”. (4)

Diante desta realidade, cabe ao agente político revisar e reformular o arcabouço legal existente para aperfeiçoá-lo, embutindo o preceito da responsabilidade de cada um e da corresponsabilidade social. Deixar de amamentar o acomodado, a pretensa vítima da sociedade, o, por assim dizer, 'excluído' que se exclui para se tornar dependente do Estado, da mãe sociedade. Mais do que isto, parar de criar as categorias sócio históricas dos vitimados e conduzi-los a serem protagonistas da própria existência.

Por certo, há e cabe algum assistencialismo, eventualmente temporário, mas deve ser tão somente na medida em que, enquanto política pública, liberar o espírito criativo e produtivo dos demais. E, daquele que causar dano à coletividade, deve-se exigir uma forma de reparação. Isto terá também um efeito pedagógico.

Em uma perspectiva mais radical, por exemplo, todo aquele que causa mal a si mesmo, seja pelo consumo de drogas, bebidas alcoólicas, cigarros e outros vícios, deveria custear o próprio tratamento, seja por dependência ou por utilização dos serviços públicos de saúde.

Por outro lado, talvez também se deva considerar a responsabilidade dos adultos que não foram responsáveis na forma de conduzir a educação e formação dos jovens. Embora, é bem verdade, quando o indivíduo é declarado maior de idade ou considerado adulto, deste ponto em diante deve responder integralmente por si e pelos seus atos.

Infelizmente, o sistema democrático do mundo ocidental não é pedagógico. É demagógico. É carregado de distorções, vícios e privilégios.

Este é outro ponto a ser atacado com vigor e inteligência pelos agentes políticos. É de difícil enfrentamento, pois move importantes meios de comunicação, está enraizado na estrutura do Estado e tem considerável peso sobre o sistema representativo.

Aliás, o sistema representativo – eleitoral e partidário – aprofunda cada vez mais tais distorções. Será em vão qualquer reforma que não elimine a apropriação das instituições por parte de pessoas e grupos de poder.

Essas constatações referendam por si só que 'não há profissão mais elevada do que a do político'. Uma atividade que requer preparação intelectual, espírito de liderança, diplomacia, discernimento e equilíbrio pessoal.

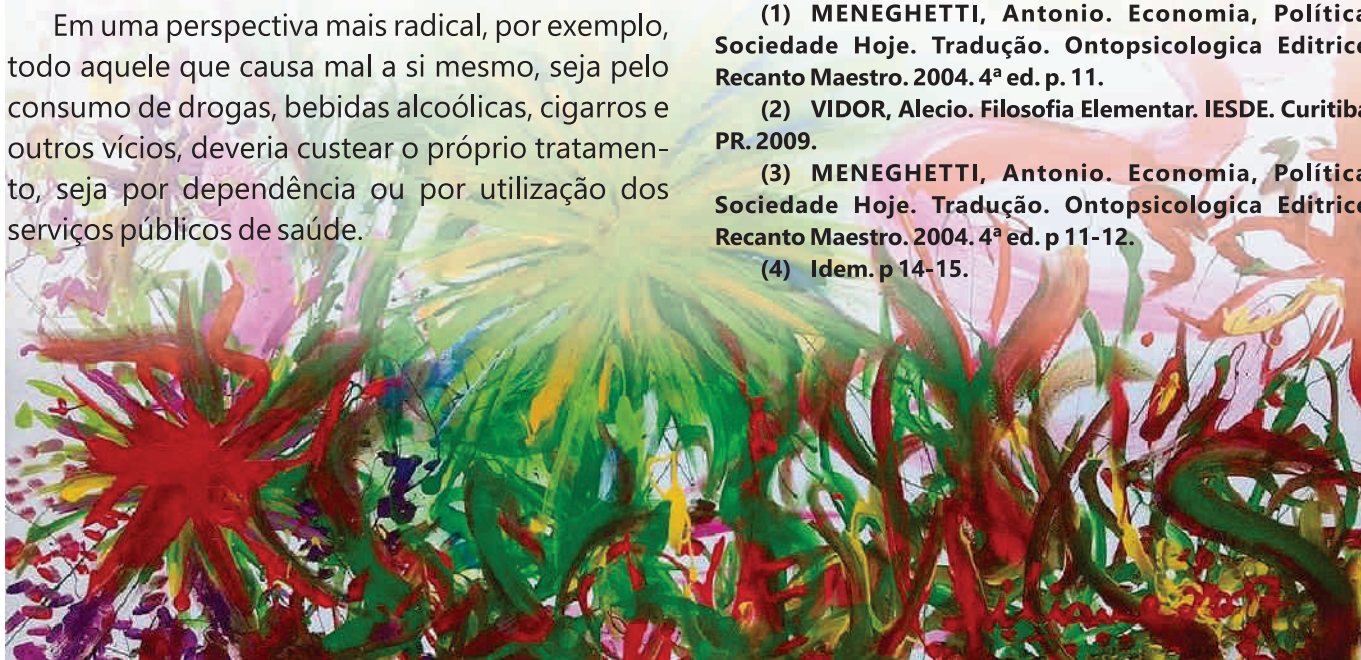
O político tem que ser um homem maduro, conectado com a ética do bem comum.

(1) **MENEGHETTI, Antonio. Economia, Política, Sociedade Hoje. Tradução. Ontopsicológica Editrice. Recanto Maestro. 2004. 4ª ed. p. 11.**

(2) **VIDOR, Alecio. Filosofia Elementar. IESDE. Curitiba, PR. 2009.**

(3) **MENEGHETTI, Antonio. Economia, Política, Sociedade Hoje. Tradução. Ontopsicológica Editrice. Recanto Maestro. 2004. 4ª ed. p 11-12.**

(4) **Idem. p 14-15.**



► PORTO ALEGRE

30 ANOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: HISTÓRICO E FUTURO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Bruna Suptitz



Divulgação/Museu de Porto Alegre/Joaquim Felizardo

Há 30 anos, Porto Alegre implementava um modelo inovador de gestão que transformou a capital gaúcha em referência mundial de democracia participativa: o Orçamento Participativo, que teve em 1989 suas primeiras assembleias de base com a população.

Uma combinação de fatores favoreceu o surgimento dessa experiência: o histórico de organização associativa das comunidades; o anseio da população em conquistar mais espaço no processo decisório e reconhecimento pelas institui-

ções políticas estabelecidas; além da então recente retomada da democracia no cenário nacional.

Ainda em meados dos anos 1980, durante a gestão de Alceu Collares (PDT) na prefeitura, a manifestação de grupos organizados da sociedade civil apontava para a vontade de colocar o orçamento na pauta dos debates populares.

A exemplo disso, a redação final do **Seminário "Participação do Povo no Governo"**, reali-

zado em abril de 1986, que apontou caminhos para a elaboração do Projeto de Lei Complementar de criação desse sistema de participação, traz ao menos quatro propostas de grupos e da plenária sobre a discussão do orçamento.

São elas: a definição de um fundo no orçamento para atividades comunitárias; participação das comunidades na elaboração orçamentária e estabelecimento de prioridades; que as associações de moradores participem da elaboração e previsão orçamentária, opinando quanto às prioridades e compatibilizando os investimentos aos interesses e prioridades estabelecidas pela comunidade; e que o conselho tenha poder de decisão e voto sobre o orçamento municipal.

Neste cenário, Olívio Dutra (PT), prefeito do primeiro mandato da Frente Popular - como é conhecida a sequência de quatro gestões petistas no Paço Municipal de Porto Alegre - chamou a população, já no primeiro ano da sua gestão, para participar da elaboração da peça orçamentária. O objetivo era discutir a formação da receita e o destino que seria dado aos recursos públicos, permitindo que as pessoas indicassem suas reais necessidades para que estas recebessem investimentos.

A percepção do momento social vigente e das mobilizações populares da época permitiu a Olívio indicar essa intenção ainda durante a campanha e abriu o caminho para que a proposta fosse aceita pela população. Já o formato do processo do OP foi sendo estabelecido durante sua própria execução - resultado do constante aperfeiçoamento realizado a partir da observação do caso prático.

Nestas três décadas, o modelo de condução do processo de participação popular na elaboração do orçamento público passou por adaptações. Essa é, aliás, uma das suas características, já que anualmente os conselheiros e delegados - representantes da população no OP - se reúnem para avaliar o que está funcionando bem e o que pode ser melhorado para o ciclo seguinte.

O Orçamento Participativo hoje é realizado em 17 regiões da cidade e compreende debates sobre seis áreas temáticas. Disso resulta a reali-

zação de 23 assembleias regionais e temáticas, que acontecem em sequência, são abertas à participação de qualquer morador da cidade e das entidades de representação da sociedade, e contam com a presença do Executivo.

Na mesma ocasião, é apresentado o balanço do ano anterior, a previsão orçamentária para o ano que segue e são votadas as prioridades de investimento por meio das demandas. Nas assembleias também é feita a escolha dos representantes da região ou da temática no Conselho do Orçamento Participativo e no Fórum de Delegados.

Atualmente, o Orçamento Participativo de Porto Alegre passa por um momento de reflexão sobre o modelo e as possibilidades futuras. Nestes 30 anos, o OP constituiu-se como um importante espaço de relação entre os gestores e a população, mas, mais que isso, sustentou-se pela reivindicação de demandas da comunidade a serem atendidas pelo poder público.

Contudo, diante do passivo no atendimento destas demandas, resultado da crise financeira que atinge o país nos últimos anos, o próprio papel do OP está sendo repensado como caminho para o fortalecimento da democracia por meio da participação.

O sociólogo português Nelson Dias, organizador das duas edições do livro *Esperança Democrática*, sobre os 25 e 30 anos do Orçamento Participativo no Mundo, defende que "a execução é o primeiro momento de garantia de sucesso do OP". Para isso, sugere a revisão do modelo praticado em Porto Alegre, para que a definição orçamentária aconteça antes da definição das demandas do OP.

Enquanto instrumento democrático presente em Porto Alegre e em outras cidades do país, o Orçamento Participativo deverá pautar o debate das eleições municipais de 2020, reivindicado pela parcela da população que entende esta como uma ferramenta de pertencimento à cidade e participação na gestão pública.



Mário de Lima

Mário de Lima é doutor em economia do desenvolvimento. Como economista e professor universitário atua nas áreas de políticas públicas, finanças públicas, gestão pública, desenvolvimento regional, urbano e metropolitano.

► ARTIGO

A PARTICIPAÇÃO NOS MUNICÍPIOS: A PAUTA POLÍTICA PARA ALÉM DAS ELEIÇÕES DE 2020.

Para que os municípios brasileiros possam realizar as políticas públicas que serão definidas nas eleições do ano que vem, será necessário que os políticos eleitos busquem apoio junto à sociedade. Isso porque são inúmeros os desafios que os prefeitos e vereadores terão pela frente a partir de 2021 e que exigirão participação social para legitimar as suas ações nos governos municipais.

Dentre esses desafios, os que mais merecem atenção são aqueles ligados às finanças públicas municipais. Diante da necessidade de realizar investimentos e melhoria dos serviços públicos, em um cenário de forte crise financeira, os municípios sofrem com problemas de caixa, reduzindo sua capacidade de liquidez financeira, impossibilitando financiamentos e exigindo austeridade fiscal por parte dos governantes.

Dessa forma, a pauta municipal é fundamental nos projetos políticos que ocorrerão nas próximas eleições. É fundamental não só por se tratar de um pleito eleitoral municipal, mas porque a solução dos problemas municipais irá definir o desenvolvimento do Brasil além de 2020, necessitando, dessa forma, o apoio da sociedade, que ocorrerá somente por meio da participação.

A importância da participação no âmbito municipal está presente desde a antiga República Romana. Roma considerava o **municipium** como a segunda mais importante estrutura político-administrativa da sua antiga República, perdendo em importância apenas para as colônias romanas. Para garantir seu poder sobre os territórios conquistados, Roma considerava os habitantes dos municípios como cidadãos romanos e possuíam

direito ao voto. Desde aquela época, o município já era pensado como um espaço de exercício da participação cívica a ser usufruído por aqueles que eram considerados cidadãos.

Ao anexar territórios na Península Ibérica, em áreas onde estão atualmente Portugal e Espanha, Roma elevou Olisipo ao status de município, por ser uma das mais importantes cidades da Lusitânia Romana. O município de Olisipo tornou-se mais tarde Lisboa, capital de Portugal. Sendo influenciada por seu passado romano, Portugal carrega em sua gênese o municipalismo.

Em sua expansão marítima, o Império Português exportou para suas colônias, os elementos municipalistas que historicamente haviam se formado e consolidado nas terras lusitanas. Portugal seguiu de forma mais fiel o municipalismo romano. Por esse motivo, o Brasil carregou desde o início da colonização os aspectos municipalistas portugueses.

Desde o início do período colonial no Brasil, os “Conselhos” faziam parte do modelo de organização do município colonial. Mais tarde, os Conselhos transformaram-se nas Câmaras Municipais. Em meio ao uso de trabalho escravo nas colônias, alijando boa parte das pessoas à participação, os municípios, ainda na era colonial, buscavam refletir a identidade dos colonos com o Brasil, construindo um sentimento nativista com a construção de relações de vizinhança, buscando garantir os interesses locais.

Dessa forma, ao longo da história do Brasil, os municípios sempre possuíram importantes funções na construção de soluções junto aos seus cidadãos. Compreendendo que a vida acontece no local, os municípios discutem, de forma incessante, melhoria na repartição dos recursos diante das limitadas capacidades do financiamento das políticas públicas municipais, onde normalmente o ônus fica com o município e o bônus fica com a União.

Neste sentido, torna-se fundamental o papel da participação da sociedade nos espaços políticos e cívicos, partindo dos pressupostos do capital social e de sinergia. O capital social é formado pelo conjunto e combinação de níveis de confiança, redes de cooperação e normas, que garantem uma melhor eficácia da sociedade no desenvolvimento de ações que solucionam problemas que exigem ações coletivas.

Por sua vez, a formação do capital social ocorre também por meio do papel fundamental do Estado, por regular as interações sociais, mobilizando o capital social ao possibilitar a ligação entre cidadãos e agências públicas, ocasionando o aumento da eficiência governamental, por meio de uma sinergia formada entre o Estado e a sociedade civil.



Porém, a ausência de um forte engajamento das instituições públicas, faz com que essa sinergia fracasse e as soluções não sejam alcançadas. Portanto, a participação social, por meio de diferentes comitês, conselhos e demais órgãos de governança, com direta relação com o poder público municipal, representado pelos prefeitos e vereadores, coloca os municípios brasileiros no centro da pauta política para além das eleições de 2020.

A saída da crise das finanças públicas municipais exige soluções com a participação da sociedade, em que o poder público deve sensibilizar as comunidades da atual crise que o setor público municipal está vivenciando ainda hoje. A partir de 2021, as relações com a sociedade deverão ser ampliadas, para solucionar os problemas que ainda não foram solucionados.



SILOMAR GARCIA SILVEIRA

- Presidente da UVERGS -
União dos Vereadores do Rio
Grande do Sul
- Licenciado em Letras,
Advogado, Especialista em
Direito Público pela ULBRA,
pós-graduado em Advocacia
Municipal - UFRGS e pós-
graduado em Direito
Eleitoral.

► ARTIGO

A NECESSÁRIA CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS E POLÍTICOS: UM IMPERATIVO CONSTITUCIONAL

A UVERGS – União dos Vereadores do Rio Grande do Sul, entidade oficial, reconhecida por Lei Estadual, de representação dos Vereadores, Câmaras Municipais e Associações Regionais, única entidade estadual representativa dos Vereadores do Gaúchos, vem informar que os Vereadores devem procurar o aprendizado cumulativo, eis que detém a competência e prerrogativa de legislar, fiscalizar e julgar as contas dos prefeitos, tendo os Tribunais de Contas como órgãos auxiliares, por força da Constituição Federal.

Os Vereadores servem para cumprir o seu papel constitucional, que preceitua suas prerrogativas e delimita as competências, eis que são os agentes titulares do processo legislativo, além, como já referido, a função fiscalizadora e julgadora da Administração Municipal.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, “caput”, preceitua o princípio da eficiência e o art.39, §2º preceitua que a União e os Estados devem criar escolas de governo para atingir cada vez mais eficiência, ambas as entidades produzem acervo técnico científico, administrativo e político que suprem todas as necessidades dos agentes políticos e servidores dos legislativos gaúchos à altura das mais conceituadas escolas de governo, tudo com o viés de capacitar e aparelhar com mais acuidade técnica, para o cumprimento de suas funções constitucionais.

A concessão de indenizações, para atingir esse mister, são submetidas ao crivo da gestão democrática do orçamento público, eis que na sua quantificação, a população, por força de lei, é chamada a opinar quando da elaboração e discussão da Lei Orçamentária Anual, em duas audiências públicas, e os poderes legislativos somente podem gastar aquilo que está consignado no orçamento para o exercício, no âmbito de sua Unidade Orçamentária.

É importante tornar pública esta informação que orientará os vereadores e os servidores das Câmaras Municipais, para o exercício eficaz, emergindo à prática da boa política, predicados que destacaram o povo gaúcho ao longo de sua história; que sempre estará ao lado e solidária com os vereadores e câmaras filiadas e com aqueles que se primam pela prática dos princípios acima referidos; e, repudiar todas e quaisquer manifestações, que por ventura atinjam além dos limites daqueles que praticam a boa vereança e o bom serviço público, na busca do princípio da eficiência e do aperfeiçoamento.

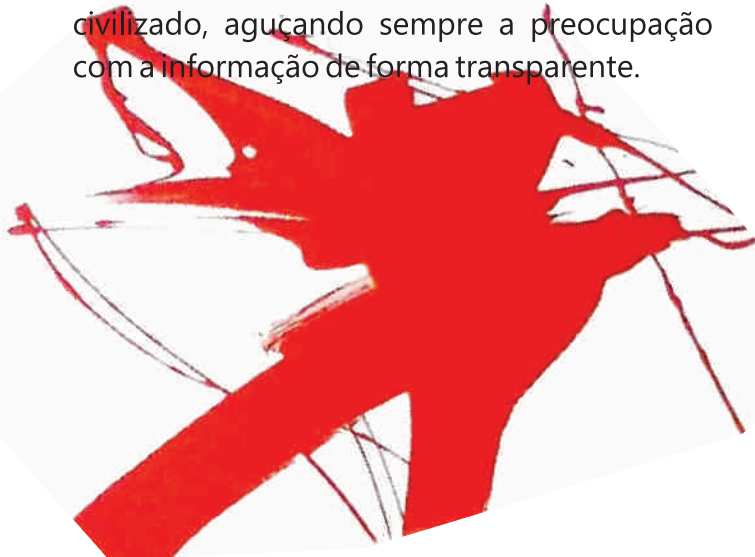
Mas acima de tudo informar a população que os vereadores são agentes políticos que detém a competência (atribuição) de elaborar as leis, que não as apresenta em sua maioria, mas na fase de discussão, uma vez instaurado o processo legislativo, mesmo aquelas que iniciadas pelo poder executivo, emendá-las, alterá-las, até chegar ao ponto de produzir efeitos práticos, para a sociedade e aos fins a que ela se propõe.

De outra banda, como essa matéria vem há muito polemizada, e diante do desgaste da classe política, por práticas dispersas daqueles que não agem com a devida lisura, tampouco em observância ao que diz a Constituição Federal, que a administração pública é pautada pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, ainda, temos a Lei de Acesso à Informação, o que quer dizer que todos os

cidadãos tem o direito de ser informado sobre todos os atos da administração pública, bem como o Código de Defesa dos Direitos dos Usuários dos Serviços Públicos, o que impõe, não só aos agentes políticos, mas também aos agentes públicos a obrigação de representar e atender bem a população, mercê do controle social, que o manancial legal impõe.

Nestas singelas colocações, achei por bem o enfrentamento desta matéria, que talvez seja um pouco pesada, para o leitor que busca a informação descontraída e o deleite da boa leitura, mas também entendi que é de bom alvitre esta informação para despertar o espírito cívico em cada um de nós, assim como defendo a inclusão do estudo da lei orgânica municipal, na grade curricular do ensino fundamental das escolas públicas dos municípios, para que desde pequenos possam aprender sobre a gestão do seu município e despertar para a compreensão bem intencionada do papel dos agentes políticos, como prefeitos e vereadores.

Sem a pretensão de lecionar, mas apenas contribuir com essas informações que entendo de utilidade pública ao cidadão, para não se tornarem incautos, diante de informações desconstruídas, ou interesses midiáticos disformes, é que encerro esta manifestação, levando sempre as informações, ora de amenidades, ora de conteúdo técnico, que entendo suficientes para fomentar o debate crítico e civilizado, aguçando sempre a preocupação com a informação de forma transparente.





NÃO FALTAM MÉDICOS; FALTAM ESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE

**Eduardo Trindade*

Em abril de 2018, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria 328/2018, suspendendo, por cinco anos, a autorização de novos cursos de graduação em Medicina e, ainda, o aumento de vagas nas instituições federais de ensino.

A iniciativa foi baseada em critérios técnicos, que apontam que foi alcançada a meta de 11 mil novas vagas por ano em cursos de graduação em Medicina, garantindo a oferta de formação em todo país.

Em sintonia com o quadro da geração de profissionais médicos, no qual entende-se que, muito mais do que quantidade, é necessário zelar pela qualidade, a Portaria 328/2018 ainda destacou que "a medida visa à sustentabilidade da política de formação médica no Brasil, preservando a qualidade do ensino, já que o Brasil é referência na formação médica".

Atualmente, são mais de 450 mil médicos em atividade no país, além de 16 mil profissionais brasileiros formados no exterior, que podem ingressar no mercado nacional por meio do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida, que, desde sua criação, apresenta baixas taxas de aprovação.

Em média, são 2,2 médicos por mil habitantes, índice próximo de países como Estados Unidos (2,23), Japão (2,12) e Canadá (1,92). E esse indicador tende a aumentar, uma vez que, segundo a pesquisa Demografia Médica no Brasil 2018, elaborada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), o país atingirá a marca de 500 mil médicos em 2020.

O Brasil é vice-campeão mundial no ranking de escolas médicas. Com 337 cursos, o país está atrás da Índia (392 escolas) e à frente dos Estados Unidos (184). Desse total, 219 são cursos privados, ou seja, 64,98% das escolas médicas do país, que cobram mensalidades que chegam a até R\$ 12.738,06.

A geração indiscriminada de faculdades médicas ocorreu de forma desordenada, muitas vezes desprezando aspectos essenciais para a formação. Há casos de faculdades que nem mesmo contam

com hospital-escola, mas estão abrindo novas vagas. De 2011 até agora, foram criadas 159 novas escolas, com a oferta de 12.237 vagas.

O que antes deveria ser uma preocupação social legítima, reforçando o atendimento de saúde aos cidadãos, tornou-se uma indústria movida por interesses mercantilistas. Dessa forma, correm o risco de entregar à sociedade profissionais que recebem um ensino sem a devida qualidade.

O Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers) alerta que não faltam médicos. Faltam gestão, estrutura e investimentos baseados em critérios técnicos.

A população brasileira enfrenta dificuldades no acesso à saúde. A superação desse quadro só poderá acontecer com a universalização da qualidade – e não uma busca indiscriminada pela quantidade. Alcançar esse nível exige ampla e profunda radiografia do sistema de saúde, identificando com rigor e assertividade as necessidades de cada região.

É preciso avançar na oferta de serviços médicos de excelência em todos os locais. Desde uma Unidade de Pronto-Atendimento a um hospital, um posto de Estratégia de Saúde da Família a um centro especializado, a qualidade do atendimento deve ser garantida e estar em primeiro lugar. Para tanto, é necessário esforço integrado, no sentido de oferecer estrutura apropriada para os profissionais em seus espaços de atuação.

É necessário, ainda, realinhar o currículo médico com as práticas, assegurando que o objetivo de cada faculdade seja oferecer à sociedade profissionais de excelência. Melhorar a formação é fundamental para preservar a qualidade assistencial — e garantir que a população receba o atendimento esperado.

Dessa forma, o Cremers defende uma formação de excelência para os novos médicos, políticas públicas que garantam uma melhor distribuição dos médicos nas localidades de difícil acesso, e a reestruturação do sistema de saúde.

****Doutor em Medicina e presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers)***

Cresce/RS.

Juntos, vamos mais rápido.



A união para fazer nosso Estado crescer.

Está na hora do Rio Grande do Sul que todos nós queremos ver acontecer. O **Cresce/RS** é um movimento para destravar o desenvolvimento do Estado, que une a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado, o Poder Judiciário, Prefeituras, Universidades, Federações Empresariais e órgãos de Controle e Fiscalização em torno de projetos e ações voltadas para infraestrutura e logística, fomento dos bancos públicos e desburocratização das instituições. É preciso deixar de lado nossas diferenças político-partidárias para priorizar o que realmente interessa aos gaúchos. Unindo nossas forças, temos tudo para avançar com a agilidade que precisamos.

Saiba mais pelo site: al.rs.gov.br

CRESCE/RS
JUNTOS, VAMOS MAIS RÁPIDO.

Uma iniciativa:

Entidades parceiras:

Governo do Estado, Terceiro Setor, Prefeituras,
Universidades, Federações Empresariais,
órgãos de Controle e Fiscalização



**Assembleia
Legislativa**
Estado do Rio Grande do Sul

